



**PARECER PRÉVIO Nº 1/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11698/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Adalberto Silveira Leite, ex-Prefeito Municipal.
- 6- **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM nº 6975; Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM nº 4.331.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2790/2017-MPC-JBS, do Dr. João barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.8965/8974).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício 2015.

*Aprovação das Contas Anuais, com ressalvas.*

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelos arts. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1- Emite Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal a **aprovação com ressalvas** das contas anuais da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã, exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do **Sr. Adalberto Silveira Leite**, na função de Agente Político, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CF/88 c/c o art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91 e art. 1º, I e art. 29, da Lei nº 2423/1996.

- 11- **Ata:** 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 20 de Fevereiro de 2018.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de



**PARECER PRÉVIO Nº 1/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELO**

Conselheiro-Relator

**JULIO CABRAL**

Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**

Conselheiro Convocado

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 1/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 1/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11698/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Adalberto Silveira Leite, Ordenador de Despesas, à época.
- 6- **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM nº 6975; Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM nº 4.331.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2790/2017-MPC-JBS, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.8965/8974).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício 2015.

*Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Recomendação. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1– Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anuais da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã, exercício de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Adalberto Silveira Leite**, na condição de Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art.22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM, em decorrência das impropriedades que não causaram danos ao erário;

**10.2 – Aplicar Multa ao Sr. Adalberto Silveira Leite** no valor de **R\$ 3.288,09** (três mil duzentos e oitenta e oito reais e nove centavos), nos termos do art. 308, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, valor atualizado pela Resolução nº 25 de 30/08/2012, em razão da intempestividade na publicação e envio a esta Corte de Contas dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária do 1º, 2º e 3º bimestre (atrasos de 138, 77 e 51 dias, respectivamente) , que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ;



**ACÓRDÃO Nº 1/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 1/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.3 – Conceder prazo ao Sr. Adalberto Silveira Leite de 30 (trinta) dias** para recolhimento da multa, com comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, "a", da Lei nº 2423/1996 c/c art. 169, I, do RI/TCE, autorizando a instauração de inscrição dos débitos na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento do valor da multa, ex vi do art. 173 do RI/TCE;

**10.4 - Oficiar** a Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã para que dê cumprimento ao estabelecido no art. 127, §5º, 6º e 7º da Constituição Estadual do Amazonas;

**10.5 - Recomendar** à atual gestão da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã que:

- Cumpra o prazo de publicação da Lei Orçamentária Anual - LOA de exercícios futuros, conforme previsto no art. 2º, V, da Lei Complementar nº 06/1991, caso ocorra falha dessa natureza em exercícios posteriores, estará o atual gestor ou outro que venha a assumir a direção do Poder Executivo do Município de São Sebastião, sujeitos as sanções previstas no art. 54, VII, da Lei nº 2423/1996, por reincidência; (Restrição 2)
- Cumpra o prazo da publicação dos extratos dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial de exercícios posteriores no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas, conforme previsto no art. 9º da Lei Complementar nº 06/1991; (Restrição 3)
- Adote procedimentos para o efetivo cumprimento dos ditames estabelecido no art. 48, parágrafo único, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, bem como o inciso IV, do § 3º do art. 8º, da Lei nº 12.527/2011, quanto à manutenção atualizada do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã; (Restrição 4)
- Implante mecanismos no sentido de cumprir os prazos de remessas dos informes periódicos via Portal E-Contas a este Tribunal, conforme estabelece o art. 3º da Resolução nº 13/2015-TCE/AM; (Restrição 6)
- Cumpra o exposto no art. 3º, III, da Resolução nº 11/2012-TCE/AM, quanto ao visto nas folhas de pagamentos de Pessoal relativas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, pelo Conselho Municipal, referido no art. 24, da Lei Federal nº 11.494/2007; (Restrição 7)
- Cumpra o exposto no § 1º do art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012, relativo à ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos de acesso público o Parecer sobre as Contas do Fundo



**ACÓRDÃO Nº 1/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 1/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

Municipal de Saúde, exercícios vindouros, expedido pelo Conselho Municipal de Saúde, art. 18, XI, da Lei nº 8.080/1990; (Restrição 8)

- Cumpra o exposto no art. 8º, III, alínea "a" do decreto Federal nº 3.555/2000, nos futuros procedimentos licitatórios na modalidade Pregão realizados pelo Município; (Restrição 20.2.c)
- Cumpra o exposto no art. 38, II, da Lei nº 8.666/93 c/c art. 21, XII, do Decreto nº 3.555/00, nos futuros procedimentos licitatórios na modalidade denominada Pregão realizados pela Administração do Município; (Restrição 20.3.b)
- Faça constar o número da nota de empenho nos registros patrimoniais, cumprindo assim na íntegra o estabelecido no art. 94 da Lei Federal nº 4.320/64, possibilitando a localização mais célere e precisa dos bens, e com isso facilitando os trabalhos de fiscalização dos órgãos de controle; (Restrição 12)
- Cumpra os ditames estabelecidos nos artigos 62 e 63, § 2º, II e III, da Lei nº 4.320/64, nas despesas com fornecimento de combustíveis e derivados de petróleo, no momento da sua liquidação; (Restrição 24)

**10.6 - Determinar** à próxima Comissão de Inspeção - DICAMI que verifique se foram adotadas medidas necessárias no sentido de regularizar ou amenizar a situação registrada na Dívida Ativa Tributária, através da cobrança executiva, bem como verificar se o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã está atualizado, no momento da inspeção in loco, caso contrário, tome as providências que o caso requer;

**10.7 - Determinar** à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**11- Ata:** 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de Fevereiro de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral